

Proj. de Lei Complementar nº. 112/16

SPD07Nº 11775-16

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça
Gabinete da Presidência

Ofício n. 053/2016/Coplan-PR

Porto Velho, 16 de agosto de 2016.

AO EXPEDIENTE

Em: 16 AGO 2016

Presidente



A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual Mauro de Carvalho

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Nesta

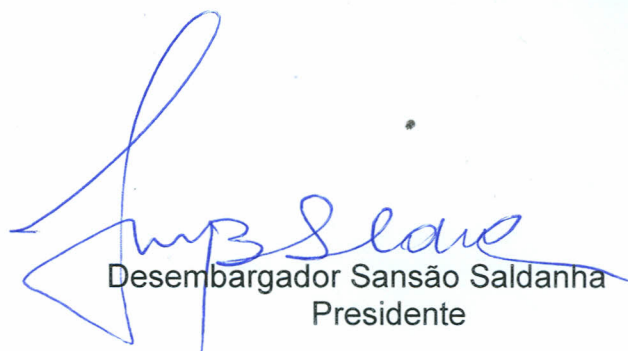
Assunto: Encaminhamento de anteprojeto de lei complementar que altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia e dá outras providências

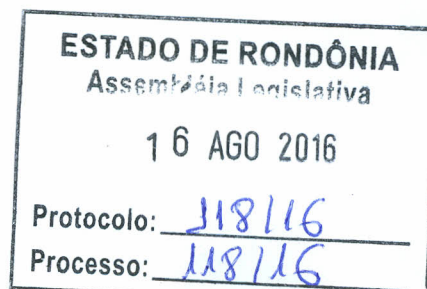
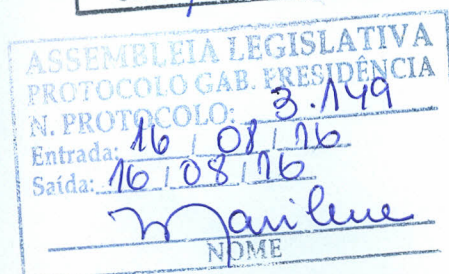
Senhor Presidente,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares o Anteprojeto de Lei Complementar que altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Certo de que essa proposição terá por parte desse Poder Legislativo a usual atenção dispensada a esta Corte de Justiça, reitero a Vossa Excelência e demais pares votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,


Desembargador Sansão Saldanha
Presidente





Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Deputados(as),

Encaminho a Vossas Excelências, para apreciação e deliberação dessa colenda Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a proposta de Anteprojeto de Lei Complementar que visa ajustar dispositivo específico do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia (Coje) no tocante à prestação jurisdicional na seção judiciária de Guajará-Mirim, modificando a redação original do artigo 89 com a previsão de alteração da Primeira Seção Judiciária, que passará a contar com as Comarcas de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

A opção consiste em alterar o Coje com a extinção da 6ª Seção Judiciária, que seria agrupada à primeira, transportando-se os cargos de juízes substitutos mencionados no inciso VI do parágrafo único do artigo 89, bem como renumerar a 7ª seção, evitando-se descontinuidade.

Desta forma, o art. 89 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89. As seções judiciárias, que terão como sede a comarca indicada em primeiro lugar, são as seguintes:

- I - Primeira Seção: Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré; (NR)*
- II - Segunda Seção: Ariquemes, Jaru, Machadinho D'Oeste e Buritis; (Nova redação dada pela Lei Complementar n. 245, de 18 de junho de 2001 - D.O.E. de 18/6/2001 - Efeitos a partir 18/6/2001).*
- III - Terceira Seção: Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Alvorada D'Oeste, Costa Marques, Mirante da Serra, Presidente Médici, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé;*
- IV - Quarta Seção: Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste;*
- V - Quinta Seção: Vilhena, Colorado do Oeste e Cerejeiras;*



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

VI - Sexta Seção: Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste e Nova Brasilândia D'Oeste. (NR)

~~*VII - Sétima seção: Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste e Nova Brasilândia D'Oeste. (revogado)*~~

Parágrafo único. Cada seção Judiciária contará com o seguinte número de cargos de juízes substitutos:

I - Primeira Seção: 22 (vinte e dois) cargos; (NR)

II - Segunda Seção: 3 (três) cargos;

III - Terceira Seção: 6 (seis) cargos;

IV - Quarta Seção: 3 (três) cargos;

V - Quinta Seção: 3 (três) cargos;

VI - Sexta Seção: 3 (três) cargos.

~~*VII - Sétima Seção: 3 cargos (revogado)*~~

E, ainda, no propósito de autorizar o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia a promover a criação, extinção, anexação e desanexação de suas seções judiciárias, acrescentar o art. 149-D, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 149-D. O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, evidenciado o interesse público, fica autorizado a promover a criação, extinção, anexação e desanexação de suas seções judiciárias. (AC)"

As medidas têm por escopo entregar maior flexibilidade à Alta Administração e ao Pleno Administrativo na melhor distribuição de força na organização judiciária.

Em relação à comarca de Guajará-Mirim, a contribuição permite melhor eficiência nas designações de juízes, entregando um melhor serviço ao jurisdicionado da região da "Pérola do Mamoré".



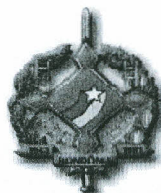
**Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

Com essa nova proposta, observa-se melhor equilíbrio nas situações fáticas e, ainda, nas da própria lei, vez que há melhor apresentação de critérios objetivos nas divisões e que, certamente, favorecem a melhor distribuição dos quadros.

Dessa forma, diante da relevância do tema, submeto o presente anteprojeto de lei complementar à apreciação dessa colenda Assembleia Legislativa.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, de de 2016.

Desembargador Sansão Saldanha
Presidente



Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça
Gabinete da Presidência



ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Alterar os incisos I e VI do art. 89 da Lei Complementar n. 94, de 3 de novembro de 1993, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89. [...]

I - Primeira seção: Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré; (NR)

.....
VI - Sexta seção: Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste e Nova Brasilândia D'Oeste. (NR)"

Art. 2º Revogar o inciso VII do art. 89 da Lei Complementar n. 94, de 3 de novembro de 1993.

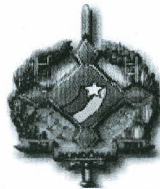
Art. 3º Alterar o inciso I do parágrafo único do art. 89 da Lei Complementar n. 94, de 3 de novembro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89. [...]

Parágrafo único. [...]

I - primeira seção: 22 (vinte e dois) cargos. (NR)"

Art. 4º Revogar o inciso VII do parágrafo único do art. 89 da Lei Complementar n. 94, de 3 de novembro de 1993.



Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça
Gabinete da Presidência

Art. 5º Acrescentar o art. 149-D à Lei Complementar n. 94, de 3 de novembro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 149-D. O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, evidenciado o interesse público, fica autorizado a promover a criação, extinção, anexação e desanexação de suas seções judiciárias. (AC)”

Art. 5º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em ____ de _____ de 2016, ____º da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador